

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO (A) SR.(A) PREGOEIRO (A) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL – SETOR DE LICITAÇÕES - MG

Pregão Eletrônico: 081/2018

Processo Administrativo: 23087.006194/2018-87

ALA SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 14.428.415/0001-75, com sede na rua Alvarenga, nº 361 – B – Bairro: Dom Bosco, cidade de Belo Horizonte, CEP: 30.850-290, vem respeitosamente, por intermédio de seu sócio administrador abaixo assinado, com fulcro no Art. 4º, XVIII, da lei nº 10.520/02 apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão do nobre pregoeiro da UNIFAL – MG, em habilitar a empresa Portal Norte Segurança Patrimonial Eireli, tendo em vista, ter apresentado documentos de habilitação com vícios insanáveis e em desacordo com o que define o Edital e seus anexos, razão pelo qual deve ser desclassificada do certame.

I – RAZÕES RECURSAIS

1. Ítem 13.4.10 do Edital de Licitação:

Deverá, em especial apresentar a seguinte documentação, letra i, "certidão de regularidade expedida pelo Sindicato Laboral, conforme os artigos 578 a 591 e artigo 607 Decreto-lei n.º 5.542/43 (CLT) e a Convenção Coletiva de trabalho nos termos do artigo 614.(CLT) – Processo n.º 46211.000755/2006-23 de 13/01/2006, registrado e arquivado na DRT/MG – CLAUSULAS SEXAGÉSIMA QUARTA (CERTIDÕES DE REGULARIDADE)" fica convencionado que as empresas deverão, obrigatoriamente, apresentar em procedimentos licitatórios promovidos pela administração pública e contratações privadas certidões de regularidade expedidas pelos sindicatos patronal e laboral.

A empresa Portal Norte, apresentou sim as certidões do sindicato patronal e do sindicato laboral, o que está nobre pregoeiro em desconformidade com o Edital, é o sindicato laboral no qual a certidão foi emitida.

No caso em tela a empresa Portal Norte possui sede na cidade de Belo Horizonte, e a cidade onde está sendo licitado o serviço está vinculado ao sindicato laboral de Minas Gerais com sede em Belo Horizonte. Temos dois sindicatos laborais em Minas Gerais, o de Juiz de Fora e o de Minas Gerais com sede em Belo Horizonte, que abrange as demais cidades do estado incluindo ALFENAS, onde serão prestados os serviços, então conforme edital a empresa para cumprir a habilitação nesse item deveria ter apresentado a certidão do sindicato dos empregados das empresas de segurança e vigilância do Estado de Minas Gerais e não a do Sindicato dos vigilantes de Juiz de Fora que além de demonstrar somente a sua regularidade com a cidade de Juiz de Fora – MG, o sindicato não representa a cidade de Alfenas, demonstrando assim que a empresa Portal Norte não cumpriu a exigência em questão. Enviaremos via e-mail as Convenções Coletivas dos respectivos sindicatos onde o nobre pregoeiro poderá verificar a cidades que são abrangidas por cada Convenção Coletiva.

Se a intenção do órgão licitante exigindo a certidão dos sindicatos laboral e patronal é garantir que os licitantes estão em dia com todas as obrigações sindicais, que sentido teria apresentar uma certidão laboral de um sindicato que não tem representatividade / abrangência na cidade onde será prestado o serviço e ou na cidade sede da licitante? Nenhum! Se o órgão licitante por algum motivo tiver que consultar a regularidade junto ao sindicato ou por outro motivo necessitar de alguma consulta ou reclamação junto ao sindicato o mesmo terá que ser realizado junto ao sindicato dos empregados das empresas de segurança e vigilância do Estado de Minas Gerais e não no Sindicato dos Vigilantes de Juiz de Fora - MG, por um simples motivo nobre pregoeiro, o sindicato de Juiz de Fora - MG de fora só abrange a cidade de Juiz de Fora – MG, o mesmo não pode atuar junto a cidade de Alfenas - MG, por esse motivo a certidão de regularidade laboral não atende ao edital.

CCT: JUIZ DE FORA
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG002852/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/08/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR041069/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46211.003121/2018-66
DATA DO PROTOCOLO: 03/08/2018
Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 24.059.628/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDSON PINTO NETO; E SIMPROTESV, CNPJ n. 21.181.557/0001-46, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSIAS LUCIANO ROSA; celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de janeiro. CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Empregados de empresas de segurança e vigilância, do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, com abrangência territorial em Juiz De Fora/MG.

CCT: ALFENAS
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2018
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG001609/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 21/05/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023109/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46211.001809/2018-10
DATA DO PROTOCOLO: 21/05/2018
Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL, ORGANICA, SEGURANCA DE CONDOMINIO RESIDENCIAL, COMERCIAL E MISTO ..., CNPJ n. 18.355.800/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDILSON SILVA PEREIRA;

SIND EMP EMPR SEG VIG TRANSP VAL SEG PESSOAL TRAB EMP SERV ORG SEG SEM AF UBERL E REG, CNPJ n. 21.241.344/0001-62, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCIEN RIBEIRO DA SILVA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILANCIA E SEGURANCA, ESCOLTA ARMADA, SEGURANCA ELETRONICA, CURSOS DE FORMACAO DE VIGILANTES, SEGURANC, CNPJ n. 23.652.446/0001-04, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RICARDO TEIXEIRA;

SINDICATO DOS EMPR EM EMP DE VIG.E SEG.E TRANS.DE VALOR, CNPJ n. 25.206.723/0001-72, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO LUIZ DE ARAUJO;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA E VIGILANCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 24.059.628/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDSON PINTO NETO;

Celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância, do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, com abrangência territorial em Abadia Dos Dourados/MG, Abaeté/MG, Abre Campo/MG, Acaiaca/MG, Açucena/MG, Água Boa/MG, Água Comprida/MG, Aguanil/MG, Águas Formosas/MG, Águas Vermelhas/MG, Aimorés/MG, Aiuruoca/MG, Alagoa/MG, Albertina/MG, Além Paraíba/MG, Alfenas/MG....

2. No item 13.9 da Habilitação do referido Edital diz "Declaração de Contratos firmados com a iniciativa Privada e a Administração Pública, conforme anexo V do Edital."

13.10 A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do resultado do exercício DRE, relativo ao último exercício social; e 13.9.2 . Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada da Demonstração do Resultado do Exercício -DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

Verificando a Declaração de contratos firmados Anexo VI, apresentado pela empresa Portal Norte, a mesma não seguiu o modelo de declaração do edital nem tão pouco do IN 05/2017, não apresentou na sua declaração:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas com os quais tem contratos vigentes.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO A O DISPOSTO NO ART. 11, SUBITEM 11.1, ALÍNEA D, SUB-ALÍNEAS D1 ED 2, DA IN Nº 5/2017.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 >1
Valor total dos contratos

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE - e a declaração apresentada seja superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

(Valor da Receita Bruta – Valor total dos Contratos) x 100 = Valor da Receita Bruta

Além de não ter cumprido o que manda o edital e seus anexos a empresa Portal Norte omitiu da sua relação de compromissos assumidos um contrato que firmou junto a prefeitura de Belo Horizonte junto a Fundação de Parques Municipais e Zootécnica, processo Administrativo: 01.131701.18.34, com o Objeto de prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada no período de 180 (cento e oitenta dias) a contar da data da assinatura do contrato, data essa que foi no dia 04/10/2018, enviamos via e-mail a publicação no órgão oficial do município de Belo Horizonte do extrato de contrato no valor de R\$ 713.286,96 (setecentos e treze mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos) onde o nobre pregoeiro pode verificar que essa contratação apesar de ter se iniciado em outubro de 2018 a empresa Portal Norte não a informou junto a sua lista de compromisso assumidos. Será por quê?

Além de não cumprir o que diz o edital e a IN05/2017 alterando o modelo do anexo VI a mesma escondeu um contrato firmado com a iniciativa publica, onde acarretara a mudança de todo o calculo apresentado para os efeitos 1/12 avos e patrimônio Líquido 16,66%, dentre outros não restando outro remédio se não a sua inabilitação por omissão de informação.

3 . Outro ponto que merece atenção especial do nobre pregoeiro é sobre a regra de preferencia de micro e pequenas empresas junto ao pregão, a Portal Norte se declara ME e ofertou lance de ME.

Verificando o balanço patrimonial apresentado junto os documentos de habilitação para esse certame a empresa aferiu receita ano calendário de 2017 de mais de R\$ 4.200.00,00 (quatro milhões e duzentos mil) no nosso entendimento a mesma não poderia se beneficiar da regra de preferência seguindo o que diz a legislação o mesmo para ter preferência em licitações teria que ter receita no ano calendário de 2017 de até R\$ 3.600.000,00 , o que pode ser verificado junto DRE apresentada no pregão.

Em 27 de outubro de 2016 foi sancionada a Lei complementar 155/2016, que altera a Lei complementar 123/2016, a qual institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Dentre as modificações da LC/2016, está o novo limite máximo de receita bruta anual (em ano calendário) para o enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP que passará de R\$ 3.600.000,00(três milhões e seiscentos mil) para R\$ 4.800.000,00(quatro milhões e oitocentos mil reais).

No entanto, apesar de a LC/155/2016, já estar em vigor, essa alteração, assim como quase todas as demais, só entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018, conforme dispõe o seu inciso II do artigo 11:

Art 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:
- na data de sua publicação, com relação ao art. 9º desta Lei complementar.

II – A partir de 1º d e Janeiro de 20117, com relação aos arts. 61-a, 61b, 61c, 61d da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

III – A partir de janeiro de 2018 quanto aos demais dispositivos.

Assim sendo, as empresas que tenham aferido receita bruta entre R\$ 3.600.000,01 e R\$ 4.800.000,00 terão que aguardar até 1º de janeiro de 2018 para poder enquadrarem-se como EPP.

Diante do exposto acima e seguindo a Lei a empresa Portal Norte não poderia utilizar de preferência em processos licitatórios já que no ano calendário de 2017 a mesma aferiu mais de 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) de Receita de prestação de serviços onde nesse ano calendário o limite seria de R\$ 3.600.000,00 a mesma teria que ter se desenquadrado no ano de 2018 já que para efeito de licitações utilizado o balanço patrimonial do ano de 2017.

Já é mais que pacificado o entendimento de que o administrador público deve estar adstrito a exatamente as atribuições legais, sendo este vinculado a proceder de acordo com o que define a lei. A Carta Magna consagrou tal princípio conforme se vê pela redação do seu Art. 37, caput, ora transcrito:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte.”

A própria lei de licitações (8.666/93) em seu Art. 3º, alerta ao órgão contratante, quanto a obrigatoriedade de se observar o citado princípio:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Pela óptica do renomado administrativista, Hely Lopes de Meirelles:

“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes FICAM SEMPRE ADSTRITOS AOS TERMOS DO PEDIDO OU DO PERMITIDO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DA LICITAÇÃO, QUER QUANTO AO PROCEDIMENTO, QUER QUANTO A DOCUMENTAÇÃO, às propostas, ao julgamento e ao contrato. EM OUTRAS PALAVRAS, ESTABELECIDAS AS REGRAS DO CERTAME, TORNAM-SE OBRIGATORIAS PARA AQUELA LICITAÇÃO DURANTE TODO O PROCEDIMENTO E PARA TODOS OS SEUS PARTICIPANTES, INCLUSIVE PARA O ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITADORA”. (Licitação e Contratos Administrativos. Ed. Malheiros. São Paulo. 1999. 12.ª ed., p. 31).

Para o mestre JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR:

“Quanto aos princípios nomeados pela Lei n.º 8.666/93, consigne-se, por ora, que: d) o da vinculação ao instrumento convocatório faz do edital ou do convite a lei interna cada licitação, impondo-se a observância de suas regras à Administração Pública e aos licitantes, estes em face dela e em face uns dos outros, nada podendo ser exigido, aceito ou permitido além ou aquém de suas cláusulas e condições; o art. 41 da Lei n.º 8.666/93 ilustra a extensão do princípio ao declarar que “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”...”.

(Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. Rio de Janeiro. Editora Renovar. 2003. 6.ª Ed., p. 55).

Esse também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41) REsp nº 797.179/MT, 1ª T., rel. Min. Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07.11.2006)”

“Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deverá ser reprimido. Não pode a Administração ignorar tais regras sob o argumento de que seriam viciadas ou inadequadas. (MS nº 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j. em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008)

A observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não deve ser tributo único e exclusivo do licitante, muito embora pareça ser controverso, por inúmeras vezes

Avenida Dom Pedro I, nº 2053 – sala 605 – 6º andar Bairro: São João Batista, Cep: 31.515-300 - Belo Horizonte - MG
Tels. (031) 3567-9533 – (31) 98509-3929

A própria administração pública acaba desrespeitando as regras impostas por ela mesma. Nessa linha, vale a pena transcrever o caput do Art. 41 da lei 8.666/93, o qual define de forma expressa que as regras editalícias foram criadas, para licitantes e administração pública, reafirmando a obrigação de que os órgãos públicos em geral obedecem as normas criadas por eles próprios: Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

É notório o descumprimento do instrumento convocatório. A licitação é procedimento formal, não pode-se flexibilizar regras não amparadas pela discricionariedade, sob pena de ofensa aos princípios norteadores da licitação pública.

II –DOS PEDIDOS

Ante a todo exposto requer a recorrente,

- A) Seja conhecido o presente recurso, tendo em vista estarem presentes todos os pressupostos de admissibilidade;
- B) Requer ainda seja inabitada a empresa Portal Norte Segurança Patrimonial Eireli pelo descumprimento dos itens 13.4.10 letra i) do edital, também os itens 13.8, 13.8.1, 13.8.2 e 13.9;
- C) Caso esse não seja o entendimento de V. Sra, que sejam os autos remetidos à autoridade superior, para reexame do mérito.

Nestes termos pede e espera deferimento

Belo Horizonte 02 de Janeiro de 2018.

ALA SEGURANÇA LTDA – ME.
CNPJ: 14.428.415/0001-75

Fechar

